



## Balanço

### Documento síntese

#### I. Precariedade e descontentamento

A legislatura que agora está a terminar fica marcada essencialmente por um conjunto de medidas que, no seu todo, definiram um quadro de austeridade pela austeridade que produziu efeitos muito negativos no setor da Educação, nomeadamente, ao nível do emprego, da precariedade e das condições de trabalho dos trabalhadores da Educação.

Nos últimos quatro anos cresceu o nível de insatisfação entre os docentes e trabalhadores não docentes nas escolas, face a políticas avulsas, insuficientemente justificadas, muitas vezes inconsistentes e sem que na sua formulação se tivesse respeitado o envolvimento dos profissionais do setor.

As medidas desenvolvidas pelo Governo de uma forma geral, e pelo Ministério da Educação e Ciência em particular, traduziram-se em fatores muitos negativos para a educação, entre eles:

- forte redução do peso do investimento da Educação no PIB (em 2002, representaram 5,6%; em 2011 e 2012, 5,1% em cada um dos anos; em 2013, 4,9%);
- redução brutal de docentes em serviço, num total de mais de 33 000 no ensino não superior (em 2011, eram 174 953; em 2014, 141 250);
- elevado nível de precariedade entre os docentes, traduzido num elevado número daqueles que acumulam contratações sucessivas ao longo de mais de dez e quinze anos, quer no ensino básico e secundário, quer no ensino superior;
- dimensão do número de desempregados entre os diplomados como docentes pelo ensino superior (mais de 30 000 docentes mantêm-se ou desempregados ou em situação de contratação a termo, muitas vezes em resposta a situações de necessidade permanente para o funcionamento do sistema educativo);



- percepção de que continua a diminuir o prestígio social da profissão docente;
- reduções significativas das remunerações;
- congelamento das progressões em carreira;
- introdução sucessiva de alterações nos regimes de aposentação.

Muitos profissionais com muita experiência decidiram abandonar precocemente a profissão em resultado das políticas adotadas.

Também entre os trabalhadores não docentes cresceu a insatisfação pelas condições de trabalho e pelas remunerações. Mas foi também sentido muito negativamente por este conjunto de trabalhadores:

- a quase ausência de oferta ou de condições de acesso a formação contínua;
- o recurso a trabalhadores em situações de “contrato emprego inserção”
  - mais de 4500 em 2013/2014 -, na utilização ilegal desta figura para substituição de trabalhadores que deveriam integrar os quadros das escolas/agrupamentos;
- a não concretização dos concursos estabelecidos na Lei para acesso aos cargos de Encarregado de Assistentes Operacionais e de Chefe de Serviços de Administração Escolar;
- a transferência de competências da sua gestão em mais de uma centena de autarquias para os órgãos municipais, com tradução em multiplicação de incidentes de confusão de tutelas;

A insatisfação relativamente à diminuição da percepção da valorização profissional foi o resultado de políticas e intervenções por parte da Administração, que constituíram decisões desastrosas, incorretas e desvalorizadoras do trabalho dos docentes:

- a alteração desleal das condições de acesso à aposentação em relação a todos os Docentes e Não Docentes, e com particular incidência sobre os educadores de infância e professores do primeiro ciclo;
- as decisões relativas à organização curricular dos ensinos básico e secundário cegas e sem suficiente sustentação pedagógica;
- a imposição de normas de organização do serviço docente que inviabilizam as medidas essenciais de promoção de mais educação de qualidade e para todos;
- a determinação de cortes nas turmas no ensino regular e nas turmas de cursos profissionais e cursos de educação e formação;

- a agregação monstruosa de agrupamentos, à margem de qualquer preocupação de ordem pedagógica.

Estas foram decisões inadequadas a um sistema educativo que deveria promover de uma forma sustentada e equitativa o crescimento das qualificações das suas populações.

## **II. A ação da FNE foi determinante para minimizar os efeitos negativos**

A FNE desenvolveu uma ação político-sindical de grande responsabilidade, como é da sua natureza, conciliando sistematicamente uma atitude de propositura e uma disponibilidade para a ação, contribuindo para um sistema educativo de mais qualidade, mas combatendo também as injustiças e as ilegalidades, utilizando para o efeito, quer as mesas negociais, quer as ações públicas de contestação, como a manifestação e a greve, quer as mesas negociais, privilegiando sempre estas últimas.

Foi no quadro de várias negociações que, apesar dos tempos difíceis que vivemos ao longo destes anos, foi possível minimizar efeitos negativos das políticas determinadas e mesmo garantir mecanismos essenciais de defesa da estabilidade e da segurança.

A ação da FNE foi responsável pelos seguintes efeitos positivos:

- a consideração do direito ao pagamento da compensação por caducidade de contrato (2012);

- a vinculação (passagem de contratados a prazo para contratados sem termo) de cerca de 4000 docentes, no total da Legislatura (2013, 2014 e 2015);

- a vinculação dos professores de técnicas especiais sucessivamente contratados a termo nas Escolas Especializadas de Ensino Artístico António Arroio, em Lisboa, e Soares dos Reis, no Porto (2013);

- a libertação da realização da PACC de milhares de docentes contratados com 5 e mais anos de serviço (2013);

- na revisão do regime de concursos (2012) ganha-se a garantia de mecanismos que facilitam a mobilidade das pessoas no seu interesse para se aproximarem da sua residência ou para conseguirem também garantir o acompanhamento de familiares; o novo regime permite ainda um sistema de permutas entre docentes que é alargado aos professores contratados e, finalmente, a garantia de mecanismos que fazem com que na seleção dos professores pelas escolas, quando esgotadas as possibilidades que a lista nacional de concursos determina, o critério da graduação profissional prevalece sobre quaisquer outros;



- na revisão da organização dos QZP, impede-se a redução de 23 para 7, conseguindo-se que fiquem definidos 10 QZP (2012);
- a concretização em 2015 de um concurso externo extraordinário e de um concurso interno extraordinário de docentes, antes dos que estão previstos para 2017;
- a antecipação de datas de desenvolvimento dos concursos de docentes de 2015;
- a redução do número de critérios a adotar no processo designado de Bolsa de Contratação de Escola, em 2015;
- a determinação de medidas que impediram generalizadamente a aplicação do regime de requalificação profissional entre trabalhadores do Ministério da Educação, docentes e não docentes (2014 e 2015);
- a determinação de alterações importantes no regime de avaliação de desempenho;
- a alteração do regime de autonomia e gestão das escolas;
- a revisão do regime de formação contínua de docentes, com reconhecimento da participação em atividades de formação contínua de curta duração;
- a vinculação de não docentes;
- a não atribuição de turmas a docentes que estivessem a aguardar a publicação da passagem à situação de aposentação (2013, 2014 e 2015);
- o compromisso do MEC de compensar os docentes indevidamente prejudicados pelos erros da BCE de 2014;
- a definição de condições para compensação do trabalho docente associado à realização do PET e das provas nacionais dos 4º e 6º anos de escolaridade, em simultâneo com o desenvolvimento do 3º período letivo;
- a alteração dos rácios de Trabalhadores Não Docentes nas escolas, com crescimento de lugares de quadro para Assistentes Operacionais (2015);

Porto, 28 de julho de 2015

